

Revisão da Estrutura Curricular: Posição dos professores da escola E.B. 2,3 Piscinas-Lisboa

Os docentes da escola E.B 2,3 Piscinas – Lisboa, após análise da proposta do Ministério da Educação de Revisão da Estrutura Curricular, consideram que o princípio orientador subjacente à mesma visa, claramente, responder apenas à imposição de um corte orçamental abrupto na Educação.

Conscientes da necessidade de uma Reforma Curricular, os docentes consideram porém que esta deve ser sustentada numa reflexão séria, atempada e com uma efectiva intervenção dos professores. Um processo que naturalmente não se cumpre eficazmente num prazo tão restrito.

Segundo o Ministério da Educação, esta proposta pretende resolver “*a dispersão curricular, centrando mais o currículo nos conhecimentos fundamentais e reforçando a aprendizagem nas disciplinas essenciais*”. No entanto, os professores sabem que a educação artística representa um papel fundamental na formação global do indivíduo potenciando mesmo as suas competências cognitivas, com óbvios reflexos nas outras áreas, como comprovam diversos estudos na área da neurologia. Desta forma, não se entende por que razão as disciplinas directamente relacionadas com a componente artística sofrem, segundo a proposta do ME, um retrocesso de investimento colocando em causa um real e equilibrado desenvolvimento dos alunos. É pois a formação condigna dos alunos que estará inequivocamente em causa nomeadamente com o fim do par pedagógico nas disciplinas que na proposta do ME virão substituir a disciplina de Educação Visual e Tecnológica (EV e ET).

Igualmente os professores discordam com a eliminação da Formação Cívica sustentando que esta área curricular se apresenta cada vez mais, como fundamental e pertinente assumindo-se como um “espaço” lectivo centrado nas competências cívicas.

Da mesma forma, é encarada com extrema preocupação o fim anunciado do desdobramento nas aulas de Ciências da Natureza do ensino básico e na disciplina de Físico-química no 3º ciclo. Considera-se que, a este propósito, se assistirá, uma vez mais, a uma inversão do que seria natural acontecer ou seja, a evolução, a melhoria da qualidade do nosso ensino. É pois pertinente questionar sobre que tipo de escola pública se quer construir: uma escola pública centrada, como diz o documento ministerial, em “*objetivos mensuráveis e avaliáveis*” ou uma escola que visa incentivar o espírito crítico, a curiosidade, o gosto pela investigação, a apetência pela cultura e a responsabilidade cívica?

Quanto ao reforço centrado na disciplina de História, os professores defendem que o mesmo deve ser acompanhado de uma revisão dos currículos leccionados numa perspectiva lógica e em concordância com a maturidade intelectual e emocional dos alunos alvo.

Relativamente ao que se prevê para o secundário, os professores sublinham que a redução do leque de opções no 12º ano irá contribuir para o empobrecimento da formação do aluno, já que serão afetadas, por exemplo, disciplinas como Sociologia e

Direito, prioritárias para a interpretação dos fenómenos sociais e da esfera jurídica que enquadra a realidade social contemporânea.

Os professores consideram pois que toda a complexa problemática em torno de uma reforma da estrutura curricular, terá que ser abordada com uma prévia análise sobre o modelo pedagógico que desejamos análise essa que, obrigatoriamente, deve passar pela observação crítica dos currículos lecionados. A este nível, os professores da escola das Piscinas-Lisboa são unânimes na apologia de um modelo pedagógico baseado na formação interdisciplinar e na articulação dos saberes. Um modelo pedagógico que vise a formação crítica do aluno.

Relativamente às vias profissionalizantes, estas ocupam um espaço cada vez maior na escola pública. Na Revisão da Estrutura Curricular do MEC este problema é aflorado quando refere “*o leque de opções da formação específica, no Ensino Secundário, tendo em conta o prosseguimento de estudos e as necessidades do mercado de trabalho*”. Tudo isto é apreciado como muito vago já que não responde a questões centrais como sejam:

1ª Que cursos profissionais devem ser incentivados com vista a uma integração feliz e efectiva no mundo laboral?

2ª Como será tratada e integrada a formação geral do indivíduo a par da sua formação específica nos cursos profissionais?

3ª Como proporcionar ao aluno que frequentou um curso profissional a possibilidade de apostar seriamente mais tarde no prosseguimento de estudos se a sua formação for demasiado restritiva no âmbito da formação geral?

Os professores da escola E.B 2,3 das Piscinas-Lisboa desejam, sobretudo, que seja construído um verdadeiro projecto educativo que pugne pela qualidade real do ensino, que forneça recursos ao nível não apenas dos espaços físicos e novas tecnologias mas igualmente no provimento dos professores necessários, limites razoáveis de alunos por turma, o que obviamente não se consegue com lotação acima dos 24 discentes. Um verdadeiro projecto educativo, não pode ser feito na base de uma máquina calculadora e numa estrita obediência aos ditames de uma austeridade cega. Uma austeridade imposta por critérios que nada têm a ver com o progresso e o crescimento de um país e de um povo.

Um país que corta na educação dos seus filhos não poderá perspectivar com optimismo o seu futuro.

Lisboa, 31 de Janeiro de 2012

Os professores da Escola E.B 2,3 Piscinas - Lisboa